

RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.057 - SC (2016/0139403-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : OI S.A
ADVOGADOS : LEONARDO REIS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SC015986A
WILSON SALES BELCHIOR - SC029708
RECORRIDO : EVONE MARIA CANI KOLM
ADVOGADOS : CLAITON LUIS BORK - SC009399
GLAUCO HUMBERTO BORK - SC015884
ALEXANDRE NORILER - SC017648

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. LEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. PRESCRIÇÃO. NATUREZA PESSOAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. COTAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES. TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO.

1. Ação de adimplemento contratual.
2. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo 1.322.624/SC, decidiu que a empresa Brasil Telecom S.A. possui legitimidade passiva para responder pelos atos praticados pela Telesc, quanto a credores cujo título não tiver sido constituído até o ato de incorporação – independentemente de se referir a obrigações anteriores –, ante a sucessão empresarial.
3. O direito à complementação de ações é de natureza pessoal, de modo que a pretensão prescreve em 20 ou 10 anos, conforme, respectivamente, as normas dos arts. 177 do CC/16 e 205 do CC/02.
4. Aplicam-se as regras do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de participação financeira, pois há clara relação de consumo na espécie.
5. A alteração do valor fixado a título de honorários advocatícios somente é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada.
6. Nos termos do Recurso Especial Repetitivo 1.301.989/RS, 2ª Seção, DJe de 19/03/2014, "converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de complementação de ações, com juros de mora desde a citação."
7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por OI S.A com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 24/07/2014.

Atribuído ao gabinete em: 12/06/2017.

Ação: adimplemento contratual, ajuizada por EVONE MARIA CANI KOLM, em face da recorrente, referente ao contrato de participação financeira em investimento firmado entre as partes, visando a condenação da recorrente ao adimplemento integral do contrato, consistente na subscrição de ações da Telesc Celular S/A em razão da dobra acionária, bem como indenização correspondente ao valor de todos os proventos devidos.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação da recorrida e negou provimento à apelação e ao agravo retido da recorrente, nos termos da seguinte ementa.

APELAÇÕES CÍVEIS. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES SUBSCRITAS.

RECURSO DA PARTE AUTORA. VALOR INTEGRALIZADO CONSIDERANDO OS TERMOS DO CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. JUROS DE MORA DEVIDOS DESDE A CITAÇÃO. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DEMAIS EVENTOS CORPORATIVOS. DIREITO DE RECEBIMENTO PROPORCIONAL À QUANTIDADE DE AÇÕES QUE DEVERIA TER SIDO SUBSCRITA. CONVERSÃO DO VALOR DAS AÇÕES COPIZESPONDENTE A MAIOR COTAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA INTEGRALIZAÇÃO E A DESTA DECISÃO. VERBA HONORÁRIA FIXADA NO PERCENTUAL DE 15% OU NO MÍNIMO DE R\$ 830,00 (OITOCENTOS E TRINTA REAIS). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES SUBSCRITAS. PRELIMINARES AFASTADAS. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO INSTITUTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. OBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES

ATINENTES AOS CONTRATOS PCT E PEX: LEGALIDADE DAS PORTARIAS MINISTERIAIS. RECURSO IMPROVIDO. (e-STJ fls. 308).

Recurso especial: alega violação dos arts. 3º, 20, § 3º, do CPC/73; 205 e 206, § 3º, IV e V do CC e 2º do CDC, bem como invoca dissídio jurisprudencial. Sustenta sua ilegitimidade passiva, tendo em vista que a recorrente não teria incorporado a TELEBRÁS e, portanto, não seria sua sucessora. Aduz que, por se tratar de pretensão de ressarcimento e de reparação civil, o direito de ação está prescrito, sendo de três anos o prazo prescricional incidente, tendo em vista tratar-se a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa e de reparação civil. Alega que a relação de consumo não foi configurada, razão pela qual, não há que se falar em aplicabilidade do CDC. Requer que seja reformado o critério de conversão da obrigação de perdas e danos. Insurge-se contra a fixação de honorários advocatícios, reputando-os como inadequados.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/73.

- Da ilegitimidade passiva

O Tribunal de origem ao reconhecer a legitimidade ativa da concessionária, alinhou-se ao entendimento do STJ, segundo o qual, a empresa Brasil Telecom S.A. possui legitimidade passiva para responder pelos atos praticados pela TELESC S/A, quanto a credores cujo título não tiver sido constituído até o ato de incorporação – independentemente de se referir a obrigações anteriores –, ante a sucessão empresarial. No mesmo sentido: Recurso Especial Repetitivo 1.322.624/SC, 2ª Seção, DJe 25/06/2013.

- Da prescrição

O direito à complementação de ações é de natureza pessoal, de

modo que a pretensão prescreve em 20 ou 10 anos, conforme, respectivamente, as normas dos arts. 177 do CC/16 e 205 do CC/02. No mesmo sentido: Recurso Especial Repetitivo 1.033.241/RS, 2ª Seção, DJe 05.11.2008.

- Incidência do CDC

Aplicam-se as regras do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de participação financeira, pois há clara relação de consumo na espécie. No mesmo sentido: AgRg no AREsp 536.870/SP, 3ª Turma, DJe 12/12/2014 e AgInt no AREsp 626.089/SP, 4ª Turma, DJe 20/03/2017.

- Do pedido de revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios

A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado a título de honorários advocatícios somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada, o que não está caracterizado neste processo, tendo em vista que os honorários foram fixados em 15% do valor da condenação.

Assim, alterar o decidido no acórdão impugnado, verificando as razões para a fixação do valor fixado para honorários advocatícios, exige o reexame de fatos e provas, vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Critério de conversão das ações, em caso de indenização

Na linha do entendimento da 2ª Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.301.989/RS, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, "converte-se a obrigação de subscrever ações em perdas e danos multiplicando-se o número de ações devidas pela cotação destas no fechamento do pregão da Bolsa de Valores no dia do trânsito em julgado da ação de complementação de ações, com juros de mora desde a citação."

Assim sendo, torna-se necessária a reforma do acórdão recorrido.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa parte, DOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, para determinar a utilização da cotação da bolsa de valores na data do trânsito em julgado da ação de conhecimento.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora